

Como e Por que a Metafísica Aristotélica Estuda o Princípio da Não- contradição?

Pedro Lemgruber

Universidade Federal de Uberlândia

pedrolemgruber@hotmail.com

Recebido: 23 de maio de 2023
Aprovado: 30 do fevereiro de 2024
DOI: 10.47661/afcl.v18i35.64083



ARTIGO

LEMGRUBER, Pedro, Como e por que a Metafísica Aristotélica Estuda o Princípio da Não-Contradição? Anais de Filosofia Clássica 35, 2024, p. 105-125

ABSTRACT: In *Metaphysics Gamma*, Aristotle attributes to metaphysics the study of the Principle of Non-Contradiction (PNC). He then defends this attribution and, throughout book *Gamma*, develops arguments about the PNC. We'll seek to understand, first, why Aristotle includes the PNC among the objects of study of metaphysics. In order to do that, we'll examine the argument Aristotle offers in *Gamma* to defend this inclusion, and we'll relate it to how Aristotle conceives metaphysics and the scientific knowledge of principles. Following that, we'll inquire as to how aristotelian metaphysics studies the PNC. We'll consider the arguments about the PNC developed by Aristotle in *Gamma*, such as the so-called *elenctic argument* and the *argument of indubitability*. We'll defend the thesis that those arguments exemplify the metaphysical study of the PNC as Aristotle conceives it. In conclusion, we'll go over how the aristotelian conception of metaphysics is elucidated by considering the study of the PNC, arguing that our interpretation allows us to affirm continuity between the two tasks of metaphysics presented in *Metaphysics Alpha*, namely: that of studying being qua being and that of studying the first causes and principles.

KEY-WORDS: Aristotle; Metaphysics; Principle of Non-Contradiction; First Principles; History of Philosophy; Ancient Philosophy.

RESUMO: Em *Metafísica Gamma*, Aristóteles atribui à metafísica o estudo do Princípio da Não-Contradição (PNC). Em seguida, ele defende essa atribuição e, ao longo do livro *Gamma*, desenvolve argumentos sobre o PNC. Buscaremos compreender, primeiramente, *por que* Aristóteles inclui o PNC entre os objetos de estudo da metafísica. Para tal, examinaremos o argumento oferecido no livro *Gamma* em favor dessa inclusão, e o relacionaremos ao modo como Aristóteles concebe a metafísica e o conhecimento científico de princípios. Em seguida, investigaremos *como* a metafísica aristotélica estuda o PNC. Consideraremos os argumentos que Aristóteles desenvolve a respeito do PNC em *Gamma*, como o chamado *argumento elético* e o *argumento da indubitabilidade*. Defenderemos a tese de que esses argumentos exemplificam o estudo metafísico do PNC tal como concebido por Aristóteles. Em conclusão, discursaremos sobre como a concepção aristotélica da metafísica é elucidada por considerações sobre o estudo do PNC, argumentando que nossa interpretação nos permite afirmar a continuidade entre as duas tarefas da metafísica apresentadas em *Metafísica Alpha*, a saber: a de estudar o ser enquanto é ser e a de estudar as primeiras causas e princípios.

PALAVRAS-CHAVE: Aristóteles; Ontologia; Metafísica; Princípio de Não-Contradição; Primeiros Princípios; História da Filosofia; Filosofia Antiga.

Introdução

Em *Metafísica Alfa*, Aristóteles nos apresenta a uma ciência cujo objetivo é estudar a realidade no sentido mais geral. Tal ciência, que veio a ser conhecida como ontologia ou simplesmente metafísica, teria como objeto de estudo o ente enquanto é ente, diferentemente das demais ciências, que estudam algum gênero do ente. A metafísica também estudaria as causas e princípios que dizem respeito ao ser enquanto tal (982b 7).

Em *Metafísica Beta*, Aristóteles levanta uma série de questões relacionadas à metafísica. Algumas delas são questões propriamente metafísicas, isto é: questões de primeira ordem acerca dos objetos de estudo da metafísica. Outras, porém, podem ser descritas como questões metametafísicas ou metaontológicas, pois são questões de segunda ordem que dizem respeito à natureza dessa investigação. Uma dessas questões é: deve a ciência que estuda o ser enquanto ser também estudar os primeiros princípios a partir dos quais todos fazem demonstrações? O Princípio da Não-Contradição (PNC), segundo o qual é impossível que atributos contrários pertençam simultaneamente e no mesmo aspecto ao mesmo sujeito, é tomado como um desses primeiros princípios. Assim indaga Aristóteles:

[...] Compete a uma única ciência considerar as causas, ou a várias? E competiria a essa ciência considerar apenas os primeiros princípios da essência, ou também os princípios a partir dos quais todos fazem suas provas (por exemplo, se é possível afirmar e negar uma mesma e única coisa ao mesmo tempo, ou não, e outros princípios desse tipo). (*Metafísica III*, 995b 5-9, trad. Lucas Angioni)

Em *Metafísica Gamma*, Aristóteles dá uma resposta positiva a essa questão (1004a 31). O estudo de princípios como o PNC pertence à metafísica, pois estes são princípios que dizem respeito ao ente

enquanto é ente e não somente a algum gênero de ente. Ao longo do restante de *Metafísica Gamma*, Aristóteles trata, entre outros temas, do PNC, desenvolvendo argumentos acerca dele. Nenhum desses argumentos é uma demonstração do PNC, pois este é, segundo Aristóteles, uma das coisas a respeito das quais não se deve exigir demonstração (1006a 5). Ao invés de demonstrá-lo, cada um desses argumentos ou avança alguma tese sobre o PNC ou o defende de modo indireto.

Um desses argumentos, que Wedin¹ denomina argumento da indubitabilidade, busca demonstrar que, dado o PNC, a crença em contradições é impossível (1005b 22). Outro argumento busca demonstrar a inevitabilidade do PNC para um interlocutor que, ao menos, enuncia algo significativo (1006a 18). Este último argumento ficou conhecido como o argumento elêntico, pois compartilha características com um *elenchus*, um tipo de estratégia argumentativa que parte de uma premissa afirmada pelo interlocutor e não por quem avança o argumento.

Diferentemente do argumento da indubitabilidade, o argumento elêntico não usa o PNC como uma de suas premissas. Ao invés disso, a sua estratégia é mostrar que algo afirmado por um interlocutor que nega o PNC implica a impossibilidade de contradições. Em outras palavras, Aristóteles pretende mostrar que seu interlocutor está, à luz de uma afirmação que ele mesmo endossa, comprometido com o PNC.

Tendo em vista esses dois argumentos e, de modo mais geral, as discussões que Aristóteles traça acerca do PNC no *Metafísica Gamma*, focaremos, no que se segue, em aspectos metaontológicos do tratamento aristotélico do PNC. De antemão, há ao menos dois aspectos metaontologicamente relevantes a serem considerados. O primeiro é sobre o domínio da metafísica, isto é: sobre quais itens devem ser contados como objetos de estudo da metafísica. Entre filósofos

¹ Em seu “Aristotle on the Firmness of the Principle of Non-Contradiction”, de 2004.

contemporâneos, o PNC é mais frequentemente considerado um objeto de estudo da lógica², o que torna saliente a escolha de Aristóteles de incluí-lo no domínio da metafísica.

Abordaremos esse primeiro aspecto examinando a justificação oferecida por Aristóteles de incluir o PNC no domínio da metafísica. O argumento em prol dessa inclusão é dado em *Metafísica Gamma* e faz uso da noção de atributos próprios do ente enquanto ente (1004a 9-21). A fim de esclarecer o que são esses atributos e como eles se relacionam com o PNC, ofereceremos uma interpretação da expressão “ente enquanto ente” como denotando uma consideração supragenérica de entidades, um modo de discursar sobre o que há sem qualificação quanto ao gênero.

O segundo aspecto diz respeito à epistemologia da metafísica, ao modo como o conhecimento metafísico se dá e como ele é justificado. Esse aspecto será abordado usando duas estratégias. Primeiro, investigaremos o que Aristóteles diz em suas obras sobre o conhecimento científico em geral e o conhecimento científico de princípios em particular, e aplicaremos essas considerações epistemológicas ao PNC. Em seguida, analisaremos os argumentos sobre o PNC apresentados em *Metafísica Gamma* como exemplos de investigação metafísica do PNC, buscando entender as escolhas metodológicas de Aristóteles e suas implicações metaontológicas.

PNC e o conhecimento científico

Antes de explorarmos a epistemologia da ciência aristotélica, é preciso distinguir entre, ao menos, dois contextos distintos em que se pode falar de “conhecimento científico”. Um deles é o contexto do conhecimento pessoal, que considera o corpo de conhecimento possuído por uma pessoa. Outro contexto é o conhecimento científico como um

² Tuomas E. Tahko (2009) é uma exceção notável.

corpo de conhecimento, constituído por um conjunto de proposições articuladas que constituem uma certa disciplina ou domínio de investigação.

Para os nossos propósitos, esse segundo contexto será mais relevante, pois estamos indagando primeiramente sobre a posição do PNC em uma disciplina específica, a metafísica, e só secundariamente sobre a epistemologia de primeiros princípios em geral. Especificamente, nosso objetivo é compreender o que Aristóteles quer dizer quando escreve que princípios como o PNC pertencem à metafísica (1005a 19-23) e que compete ao metafísico estudá-los (1005b 5-8) e discernir o que é verdadeiro e falso a respeito deles (1004b 15-16). Para a elucidação dessas afirmações, é mais relevante o contexto de uma disciplina científica do que o do conhecimento pessoal.

Tanto no contexto do conhecimento pessoal quanto no contexto de um corpo de conhecimento, o conhecimento científico tem uma estrutura silogística. Enquanto corpo de conhecimento, ele é composto de proposições organizadas em silogismos dedutivos de um certo tipo. Já enquanto conhecimento pessoal, ele é identificado com um silogismo desse tipo enquanto detido por um indivíduo e adequadamente aplicado e compreendido por ele. Isto é, o indivíduo possuidor de conhecimento científico não conhece apenas a conclusão de um silogismo científico, mas também conhece as premissas e a relação causal entre elas e a conclusão. Assim escreve Aristóteles nos *Segundos Analíticos*:

Julgamos conhecer cientificamente uma coisa qualquer, sem mais (e não do modo sofisticado, por concomitância), quando julgamos reconhecer, a respeito da causa pela qual a coisa é, que ela é causa disso, e que não é possível ser de outro modo. É evidente que conhecer cientificamente é algo deste tipo; pois tanto os que não conhecem julgam estar assim disposto, como também os que conhecem assim se dispõem de fato; por conseguinte, é impossível que seja de outro modo aquilo de que, sem mais, há conhecimento científico. (*Segundos Analíticos* I, 71b 9-17, trad. Lucas Angioni)

Esse tipo específico de silogismo, que doravante chamaremos de demonstração científica, tem algumas características particulares. Dentre essas, algumas características dizem respeito especificamente às premissas de uma demonstração científica. Tais premissas precisam cumprir alguns requerimentos explicitados por Aristóteles:

Assim, se o conhecer cientificamente é como propusemos, é necessário que o conhecimento demonstrativo provenha de itens verdadeiros, primeiros, imediatos, mais cognoscíveis que a conclusão, anteriores a ela e que sejam causas dela. (*Op. cit.* I, 71b 19–22)

Dois desses requerimentos, o da anterioridade e o da cognoscibilidade, são problemáticos para o estudo do PNC. As premissas serem anteriores à conclusão significa que elas explicam a conclusão e não o inverso, pois a antecedem na cadeia causal. Já a maior cognoscibilidade tem dois aspectos: de um lado, as premissas são mais facilmente conhecidas por nós; de outro, elas nos permitem conhecer mais, pois explicam mais coisas. Juntos, esses requerimentos tornam impossível que o PNC seja cientificamente demonstrado. Pois, se o PNC é o mais firme e cognoscível de todos os princípios, não existem proposições anteriores a ele e mais cognoscíveis que ele, em ambos os sentidos de cognoscibilidade³. Assim, é evidente que, se o PNC faz parte do conhecimento científico, ele o faz de algum outro modo que não como a conclusão de uma demonstração científica.

Entretanto, Aristóteles escreveu que conhecemos algo cientificamente quando temos uma demonstração científica deste algo. Essa descrição, se interpretada como uma definição exaustiva do conhecimento científico, parece tornar impossível que outras coisas se não as conclusões de demonstrações científicas sejam adequadamente descritas como conhecimento científico.

Porém, o conhecimento de uma conclusão só é científico se

³ Este problema foi posto por Code em "Aristotle's Investigation of a Basic Logical Principle", de 1986.

acompanhado pelo conhecimento de premissas de um certo tipo, que são relacionadas de um certo modo com a conclusão. Assim, há itens que constituem o conhecimento científico na medida em que são condições necessárias para a demonstração científica. Esses itens são parte do conhecimento científico não porque foram demonstrados cientificamente, mas sim porque são, implicitamente ou explicitamente, pressupostos em uma demonstração científica.

Aristóteles chama esses itens de princípios silogísticos imediatos, e os divide entre teses e axiomas. Axiomas, como o PNC, devem ser pressupostos para toda e qualquer demonstração científica, enquanto teses só precisam pressupostas em certos contextos ou domínios. Assim estabelece Aristóteles:

Entre os princípios silogísticos imediatos, entendo por tese aquele que não é possível provar, nem é necessário que detenha quem houver de aprender algo. Por axioma, entendo aquele que é necessário que detenha quem houver de aprender qualquer coisa que seja. (*Op. cit.* I, 72a 14-17)

É dessa maneira, então, que o PNC faz parte do conhecimento científico: como um princípio silogístico imediato que não pode ser demonstrado cientificamente, mas que é uma condição necessária para o conhecimento científico. Essas duas propriedades, a imediatez e a indemonstrabilidade, são noções intrinsecamente relacionadas que, juntamente, caracterizam o modo como princípios são conhecidos na ciência aristotélica⁴.

As duas noções estão em jogo em ambos os contextos do conhecimento científico que distinguimos anteriormente. Como foi estabelecido, a presente análise será focada no contexto de um corpo de proposições constituinte de uma disciplina científica. Neste contexto, um princípio é indemonstrável quando é impossível demonstrá-lo

⁴ Lucas Angioni aponta a similaridade entre essas duas noções em *Os Seis Requisitos Da Demonstração Científica em Aristóteles* (2012).

cientificamente por meio das demais proposições deste mesmo corpo de conhecimento, e é conhecido de modo imediato quando é possível conhecê-lo sem o uso dessas proposições.

Assim, as duas noções convergem, de tal modo que a imediatez pode ser entendida como o corolário positivo da indemonstrabilidade, que é negativa. Isto é: enquanto a indemonstrabilidade nega a possibilidade do conhecimento mediato de um certo princípio, a imediatez afirma a possibilidade do conhecimento imediato do mesmo. Empregamos a expressão “conhecimento mediato” para denotar uma proposição que é conhecida por meio de outra. Uma proposição A é conhecida por meio de uma outra proposição B quando B é premissa de uma demonstração científica cuja conclusão é A. Nos termos da descrição aristotélica do conhecimento científico, B seria um dos itens de onde provém o conhecimento de A. Assim, o conhecimento mediato é, ao menos neste contexto, oriundo da demonstração científica, enquanto o conhecimento imediato é obtido de algum outro modo⁵.

É importante frisar que o que está em jogo é especificamente a possibilidade de demonstrar cientificamente, não a possibilidade de elaborar silogismos válidos. O aspecto que caracteriza unicamente a demonstração científica e a distingue de outras formas válidas de silogismo é a relação explanatória entre as premissas e a conclusão. Angioni (2012) argumenta convincentemente pela distinção entre um silogismo meramente válido e uma demonstração científica que captura uma relação causal, escrevendo:

[...] Aristóteles propõe uma distinção entre, de um lado, a mera relação de consequência entre premissas e conclusão e, de outro, a relação explanatória entre premissas e conclusão. A segunda relação envolve a primeira, mas não vice-versa. Se há uma relação explanatória entre premissas e conclusão, há entre elas uma relação de consequência, mas não inversamente:

⁵ Aqui, deixamos de lado a questão sobre como itens imediatos são de fato conhecidos. Para uma discussão aprofundada deste problema, ver Zuppolini (2016).

nem toda relação de consequência é uma relação explanatória. (ANGIONI, 2012, p. 19)

As teses e os axiomas podem ser distinguidos como, respectivamente, princípios indemonstráveis e imediatos relativos às demais proposições de um certo corpo de conhecimento, e princípios indemonstráveis e imediatos relativos às proposições de todos os corpos de conhecimento possíveis. Pois os axiomas, como condições necessárias para todo e qualquer conhecimento, constituem, ao menos implicitamente, todos os corpos de conhecimento. As teses, por sua vez, não precisam ser pressupostas para que haja conhecimento, e, consequentemente, só são princípios daqueles corpos de conhecimento em que são pressupostas.

Por que a metafísica estuda o PNC?

A justificação que Aristóteles emprega para caracterizar o PNC como um objeto de estudo da metafísica faz uso da noção de atributos próprios do ente enquanto ente. Para entender essa noção, é preciso antes entender a noção de ente enquanto ente, que Aristóteles descreve como sendo o objeto de estudo próprio da metafísica:

Há uma ciência que estuda o ente enquanto ente e aquilo que se lhe atribui em si mesmo. Ela não é idêntica a nenhuma das assim chamadas ciências particulares: de fato, nenhuma outra examina universalmente a respeito do ente enquanto é ente, mas, tendo recortado uma parte do mesmo, estudam o que decorre a respeito dela, por exemplo, as ciências matemáticas. (Metafísica IV, 1003a 21–25, trad. Lucas Angioni)

A passagem acima deixa claro que Aristóteles usa a expressão “ente enquanto é ente” para qualificar o modo como a metafísica estuda os entes, e o contrasta com o modo como as ciências particulares os estudam. Trata-se de uma distinção epistêmica, não ontológica. Isto é, não há uma entidade ou mesmo um gênero de entidades que

corresponde ao “ente enquanto ente”, pois na realidade, cada ente pertence a algum gênero, e é só por um esforço cognitivo de abstração que podemos considerá-los de modo supragenérico.

Ao investigar o ente enquanto ente, portanto, o metafísico investiga toda e qualquer entidade independentemente de gênero, e é dessa maneira que ele consegue conhecer tudo sem conhecer cada coisa particular (982a 8-9). Em *Metafísica Epsilon*, Aristóteles novamente contrasta a consideração genérica dos entes envolvida nas ciências particulares com a consideração supragenérica que caracteriza a metafísica:

[...] Todas elas [as ciências particulares], circunscrevendo-se a algum ente (isto é, a algum gênero), a ele se dedicam, mas não se dedicam ao ente, sem mais, nem ao ente enquanto ente, nem propõem nenhuma explicação a respeito do “o que é”. (*Op. cit.* VI, 1025b 8-11)

Aristóteles argumenta que o PNC é um princípio atribuível indiscriminadamente a tudo o que existe e não somente a um gênero ou recorte específico do ser. Portanto, se há uma disciplina que examina indiscriminadamente o ser enquanto é ser, caberá a essa disciplina examinar o PNC. Assim raciocina Aristóteles:

Devemos discernir se compete a uma única ciência, ou a ciências distintas, estudar os assim chamados (nas matemáticas) axiomas e a essência. Ora, é evidente que a investigação sobre eles compete a uma única ciência: à do filósofo; pois eles atribuem-se a todos os entes, e não peculiarmente a um gênero, à parte dos outros. (*Op. cit.* IV, 1005a 19-23)

Não é imediatamente claro, entretanto, que o PNC é atribuível a tudo. Como aponta Code (1999), o PNC não é explicitamente um princípio sobre o ser enquanto é ser, mas sim sobre a contrariedade. A contrariedade é, juntamente com a pluralidade, a unidade, a alteridade e a semelhança, um dos itens que dizem respeito propriamente ao ente

enquanto é ente. Tais itens podem ser entendidos como os predicados mais abstratos, atribuíveis a todos os entes porque são entes e não porque são algum gênero de ente. São eles que Aristóteles denomina acidentes próprios do ente enquanto ente, e correspondem aos itens atribuíveis a tudo o que há de modo supragenérico.

Para fins ilustrativos, consideremos um caso análogo pertinente a uma das ciências que, diferentemente da metafísica, estuda um gênero de ente: a física. O domínio da física aristotélica é constituído pelos entes naturais, definidos como possuidores de princípio interno de movimento. Um dos itens propriamente atribuídos aos entes naturais é, então, o movimento. A propriedade de estar em movimento é atribuível indiscriminadamente a todos os entes naturais, não enquanto são, por exemplo, animais, mas enquanto são entes naturais. De modo análogo, itens como a contrariedade são atribuíveis a todos os entes, não enquanto são, por exemplo, naturais, mas enquanto são entes.

Nota-se, porém, que nem todo ente natural está em movimento a todo momento. Não é necessário que uma propriedade seja efetivamente atribuída a todos os entes de um certo domínio para que ela seja uma propriedade própria dos entes desse domínio, mas sim que ela seja potencialmente atribuída a todos os entes desse domínio e somente a eles. De fato, também o repouso é um atributo próprio dos entes naturais, pois é igualmente ininteligível afirmar sobre um ente não-natural que está em repouso ou que está em movimento. Assim, o que faz com que o repouso e o movimento sejam atributos próprios dos entes naturais é o fato de que eles, e unicamente eles, são as entidades que adequadamente recebem o atributo de estar em repouso ou em movimento.

De modo análogo, dizemos que cada ente é ou semelhante ou alterno em certo aspecto e em relação a algo. Trata-se de um par de itens que diz respeito propriamente a um certo conjunto de entidades, ainda que nenhum dos pares seja, ao mesmo tempo, coextensivo com todos os indivíduos desse domínio. O mesmo ocorre com a semelhança e a

alteridade, que são atribuíveis propriamente aos entes enquanto são entes, não porque todo ente é semelhante ou porque todo ente é alterno, mas porque, para cada ente, pode-se dizer que, em certo aspecto e em relação a um certo algo, é ou semelhante ou alterno.

Similarmente, a contrariedade é dita de cada ente que, em certo aspecto, é o contrário de um certo algo. Dizemos, por exemplo, que o contrário do branco é o não-branco, e que Sócrates é ou branco ou não-branco, atribuindo ao sujeito um de um par de contrários mutuamente exclusivos. A contrariedade seria, então, a maior diferença entre dois itens, e competiria à mesma ciência que estuda a diferença estudar também a contrariedade. Assim argumenta Aristóteles:

Dado que compete a uma ciência única estudar os opostos, e que ao um opõe-se o múltiplo, e compete a uma ciência única estudar a negação e a privação porque, de ambos os modos, estuda-se uma só coisa, da qual é a negação ou a privação [...] conseqüentemente, compete à mencionada ciência conhecer também os opostos dos itens que foram mencionados, o outro, o dessemelhante, o desigual e todos os demais que se dizem ou de acordo com estes, ou de acordo com o múltiplo e o um, entre os quais está também a contrariedade (pois a contrariedade é uma diferença, e a diferença é uma alteridade). (*Op. cit.* IV, 1004a 9-21i)

Está estabelecido que o PNC é sobre a contrariedade, mas não, ainda, que cabe à mesma ciência que estuda a substância o estudo de itens como a contrariedade. Poder-se-ia sugerir que correspondem a duas ciências distintas, ou até mesmo que cada atributo próprio dos entes enquanto são entes pertence a uma ciência particular. Essa questão é posta por Aristóteles em *Metafísica Beta* (995b 18) e, em *Metafísica Gamma*, ele nos responde, dizendo que cabe a uma mesma ciência estudar a substância e seus acidentes próprios. Para sustentar essa afirmação, é traçada uma analogia com a saúde:

“Ente” se diz de muitas maneiras, mas em relação a algo único e a uma natureza única, isto é, não de maneira

homônima, mas, assim como tudo que é saudável denomina-se desse modo em relação à saúde, tal coisa, por preservá-la, tal outra, por produzi-la, tal outra, por ser sinal da saúde, tal outra, por ser capaz de recebê-la [...] De fato, certas coisas denominam-se entes porque são essências, outras, porque são afecções da essência, outras, porque são processos em direção à essência, ou corrupções, ou privações, ou qualidades, ou fatores que produzem ou geram essência ou algum item que se diz em relação à essência, ou negações de algum destes, ou da essência. (*Op. cit.* IV, 1003a 33-37 e 1003b 5-10)

Cabe à mesma disciplina que estuda a saúde estudar não só o sentido primário de saúde, mas também as diversas outras maneiras em que o termo é empregado, relacionando-as ao seu sentido primário. Assim, cabe ao estudioso da saúde investigar por que, por exemplo, a propriedade de promover a saúde é atribuída a certos itens, e avaliar a verdade ou falsidade dessas atribuições. De modo análogo, cabe ao metafísico estudar a aplicação primária de “ente”, que é à substância, mas também estudar os outros modos de aplicar o termo, avaliando-os e relacionando-os ao modo primário de aplicação. Essa estratégia de investigação metafísica foi exposta por Alan D. Code:

Primeiro [essa estratégia] é usada para explicar como pode haver um tratamento unificado do ente. [Aristóteles] mostra que, apesar do fato de que não há uma única condição em virtude de qual todos os entes são adequadamente denominados “ente”, pode haver, ainda assim, uma única ciência do ente – uma ciência que estuda ambos os entes primários e aquelas coisas cuja existência depende deles. A palavra “ente” tem um único significado em sua aplicação às substâncias, qualidades, quantidades, e assim em diante, mas ainda assim ela se aplica de modo primário às substâncias, e de modo derivado a todo o resto. A aplicação do termo “ente” a coisas que não são substâncias deve ser explicada por meio de relacioná-las adequadamente às substâncias, as instâncias primárias do ente. Segundo, essa é a estratégia que o metafísico utiliza para investigar todas as características próprias do ente (como a unidade, a semelhança, a alteridade, a contrariedade e coisas do tipo). (CODE, 1999, p. 169, tradução nossa)

A mesma estratégia é, portanto, utilizada para defender uma posição metaontológica sobre a unidade da metafísica e também para a execução da tarefa do metafísico de estudar os acidentes próprios do ente enquanto ente. E cabe ao estudioso de certos objetos afirmar e avaliar os princípios mais firmes sobre esses mesmos objetos. No caso dos acidentes próprios do ente enquanto ente, o princípio mais firme sobre eles é o PNC. Assim afirma Aristóteles:

E convém que aquele que mais conhece a respeito de cada gênero seja capaz de enunciar os princípios mais firmes do assunto, de modo que também aquele que conhece a respeito dos entes enquanto são entes é capaz de enunciar os princípios mais firmes de todas as coisas. E este é o filósofo. E o princípio mais firme de todos é aquele a respeito do qual é impossível enganar-se. [...] Assim, que um tal princípio é o mais firme de todos, é evidente; mas qual ele é, digamo-lo depois disso: é impossível que o mesmo seja atribuído e não seja atribuído ao mesmo tempo a um mesmo subjacente e conforme ao mesmo aspecto. (*Op. cit.* IV, 1005b 7-1 e 17-20)

Como a metafísica estuda o PNC?

Dado que itens como a contrariedade são objetos de estudo metafísico pois são os atributos próprios do ente enquanto ente, segue-se que, assim como todos os cientistas fazem com seus respectivos objetos de estudo, o metafísico deverá buscar demonstrar afirmações a respeito de itens como a contrariedade. O PNC é, como foi estabelecido acima, um princípio sobre a contrariedade, mas não é um dos itens que o metafísico busca demonstrar. O PNC, assim como a definição da contrariedade como a maior diferença, é um dos componentes indemonstráveis do conhecimento metafísico, e, portanto, é um dos itens a partir dos quais o metafísico elaborará suas explicações, mas não explicará.

Aristóteles concebe a presença desses componentes

indemonstráveis como um aspecto que possibilita o conhecimento científico e o caracteriza como tal. O cientista não poderia, por necessidade, demonstrar todas as afirmações que avança. Se pudesse, haveria uma regressão ao infinito e nenhuma demonstração seria bem-sucedida. Assim raciocina Aristóteles:

Mas, por falta de formação, alguns exigem que também isso [o PNC] seja demonstrado; de fato, é falta de formação não reconhecer de que coisas é preciso procurar demonstração e de que coisas não é preciso; pois, em geral, é impossível haver demonstração de absolutamente tudo (pois se prosseguiria ao infinito, de modo que nem assim haveria demonstração). (*Op. cit.* IV, 1006a 5-10)

Como foi estabelecido na discussão sobre o lugar dos princípios na ciência aristotélica, esses itens impossíveis de serem demonstrados são ou teses ou axiomas. Os axiomas, como o PNC, são condições necessárias para a demonstração científica. Logo, eles são, em um certo sentido, conhecidos por todos os cientistas. O que difere, então, o conhecimento que o metafísico tem desses axiomas do conhecimento que cientistas de qualquer outra disciplina têm dos mesmos? Aristóteles afirma que todos que fazem demonstrações usam esses axiomas, mas só na medida em que são relevantes para seus objetos de estudo primários:

E todos deles utilizam, porque atribuem-se ao ente enquanto ente, e todo gênero é ente. No entanto, utilizam-se deles na exata medida em que lhes é suficiente, isto é, até onde se estende o gênero a respeito do qual apresentam suas demonstrações. (*Op. cit.* IV, 1005a 23-25)

Em contrapartida, os metafísicos não só utilizam dos princípios, mas também indagam sobre a verdade ou falsidade deles e fazem afirmações sobre eles (1005a 29-30). Pois, embora princípios como o PNC sejam, em sentido geral, atribuídos aos objetos de estudo de todas as ciências, eles são propriamente atribuídos aos objetos de estudo da metafísica, isto é, ao ente enquanto entes e seus acidentes próprios.

Assim, o metafísico está unicamente equipado para adequadamente avaliar e compreender princípios como o PNC.

Como apontado por Zuppolini (2016), o conhecimento imediato de itens indemonstráveis não pode ser adequadamente compreendido sem que seja reconhecida a sua interdependência em relação ao conhecimento mediato de itens demonstráveis. O conhecimento mediato depende do conhecimento imediato pois os princípios são ou usados como premissas em demonstrações ou pressupostos como condições necessárias para a demonstração científica. Entretanto, esses princípios só são adequadamente conhecidos quando são reconhecidos como princípios, e ser um princípio de um certo corpo de conhecimento é estar em certa relação com as demais proposições deste mesmo corpo. Assim argumenta Zuppolini:

[...] Uma proposição não pode ser considerada um primeiro princípio da ciência independentemente de seu papel explanatório em demonstrações. Se voûs é conhecimento de primeiros princípios enquanto primeiros princípios, sua aquisição depende do entendimento da sua posição no corpo da ciência como um todo, o que envolve a prática de demonstrar, a partir deles, outras proposições menos básicas. (ZUPPOLINI, 2016, p. 201, tradução nossa)

Assim, conhecer os princípios indemonstráveis de uma certa disciplina envolve conhecer as relações explanatórias que eles têm com as demais proposições dessa disciplina. Por isso, é o metafísico que cientificamente conhece e investiga o PNC, pois é ele que conhece as demais proposições que compõem o corpo de conhecimento a qual o PNC pertence e como essas proposições são articuladas e relacionadas entre si, de tal maneira que consegue adequadamente conhecer o PNC como um princípio.

Parte do conhecimento demonstrável de uma disciplina é o que Code (1999) denomina teoremas, definidos como afirmações cuja verdade necessariamente segue de axiomas ou teses. Teoremas são necessariamente verdadeiros, mas essa verdade é explicada por

princípios silogísticos cuja verdade, por sua vez, não requer explicação. A tarefa do metafísico aristotélico seria, ao menos em parte, mostrar como os teoremas da metafísica são adequadamente explicados por suas teses e axiomas. Nos argumentos que Aristóteles desenvolve a partir do terceiro capítulo de *Metafísica Gamma*, encontramos exemplos da execução dessa tarefa.

No caso do argumento denominado por Wedin (2004) de argumento da indubitabilidade, Aristóteles busca defender o estatuto do PNC como o princípio mais firme. Entendendo que o princípio mais firme seria aquele sobre qual é impossível errar, e que errar sobre o PNC consistiria em crer em contradições, Aristóteles argumenta que a crença em contradições seria uma violação do PNC, pois implicaria que um mesmo indivíduo teria, ao mesmo tempo e sobre a mesma afirmação, disposições doxásticas contraditórias. Logo, se o PNC é verdadeiro, é impossível crer em contradições e, portanto, impossível errar sobre o PNC, fazendo dele o princípio mais firme. Assim, esse argumento ao mesmo tempo explica a verdade da afirmação de que o PNC é o princípio mais firme, ao mostrar que ela segue da verdade do PNC, e demonstra que ela é um teorema metafísico, pois é implicada por um axioma metafísico.

O argumento elêntico, por sua vez, não demonstra um teorema usando o PNC, mas defende uma afirmação sobre o PNC usando outros princípios metafísicos. Especificamente, ele busca mostrar, a partir da natureza do significado linguístico e da definição, que o PNC é uma condição necessária para o discurso inteligível⁶. O argumento elêntico apresenta diversas dificuldades interpretativas, devido em parte à sua estrutura argumentativa peculiar. Entretanto, quanto aos aspectos metaontologicamente relevantes, é razoavelmente claro que o argumento elêntico avança uma afirmação sobre o PNC e o faz utilizando outras

⁶ Para uma defesa aprofundada dessa interpretação, ver Coren (2018).

afirmações metafísicas.

Em ambos esses exemplos, observamos o estudo metafísico do PNC em ação. Aristóteles faz afirmações sobre o PNC e as defende usando ou outras proposições que compõem o corpo de conhecimento da metafísica ou o próprio PNC. Desse modo, Aristóteles exemplifica a descrição que ele mesmo ofereceu, segundo a qual cabe ao metafísico avaliar e fazer afirmações sobre os axiomas silogísticos.

Argumentos desse tipo expandem e enriquecem o conhecimento metafísico na medida em que contribuem para a sistematização das afirmações que julgamos serem verdadeiras a respeito do ser enquanto ser. Isto é, elas mostram que os axiomas e teoremas da metafísica estão adequadamente relacionados, de tal modo a dissipar confusões acerca desse domínio. Por exemplo, é concebível que alguém, por falta de instrução, afirme ao mesmo tempo a verdade do PNC e a possibilidade da crença em contradições, mas, se a argumentação de Aristóteles estiver correta, essa é uma confusão a ser corrigida pelo estudo da metafísica.

Conclusão

No processo da nossa investigação, esboçamos uma imagem geral do estudo do PNC na metafísica aristotélica. O PNC, um dos axiomas metafísicos, é um princípio a respeito dos acidentes próprios do ente enquanto ente, entendidos como atributos potencialmente pertencentes a toda e qualquer entidade de modo supragenérico. O estudo metafísico desses axiomas é conduzido de acordo com os moldes da pesquisa científica aristotélica na medida em que ele é sistemático e silogístico, procedendo pela demonstração de teoremas que necessariamente seguem de princípios primeiros. O resultado desse estudo é o aprofundamento e enriquecimento do entendimento dos objetos de estudo da metafísica, já que permite discernir o que é verdadeiro ou falso a respeito desses objetos.

Um benefício dessa imagem é que ela nos permite afirmar a

continuidade entre as duas descrições que Aristóteles oferece da metafísica e seus objetos. Aristóteles descreve a metafísica como o estudo de um certo tipo de entidades, as substâncias, mas também de certos princípios. À primeira vista, essas parecem ser duas tarefas distintas. Entretanto, a nossa investigação indica que o estudo de princípios como o PNC é constitutivo do estudo das substâncias e seus acidentes.

A substância é identificada como a aplicação primária do termo “ente”, e distinguida de suas aplicações derivadas, que são os acidentes próprios dos entes enquanto são entes. Dentre essas aplicações secundárias estão inclusos itens como a contrariedade, cuja definição como a maior diferença implica necessariamente o PNC. A compreensão do PNC, então, é constitutiva da compreensão do que são os acidentes do ente enquanto ente. O metafísico estuda o PNC primeiramente ao mostrar que ele está adequadamente relacionado ao sentido primário do termo “contrário” e, secundariamente, ao demonstrar teoremas a respeito dele. O mesmo procedimento poderia, presumidamente, ser aplicado aos demais axiomas metafísicos, embora o PNC seja o foco de Aristóteles.

Referências Bibliográficas

- ANGIONI, Lucas. *Aristóteles – Metafísica*, Livros I, II e III. Tradução, introdução e notas. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, *Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução*, n. 15, p. 1-71, 2008.
- ANGIONI, Lucas. *Aristóteles – Metafísica*, Livros IV e VI. Tradução, introdução e notas. 2. ed. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, *Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução*, n. 14, p. 1-59, 2007.
- ANGIONI, Lucas. *Aristóteles – Segundos Analíticos*, Livro I. Tradução, introdução e notas. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, *Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução*, n. 7, p. 1-117, 2004.
- ANGIONI, Lucas. Os seis requisitos das premissas da demonstração científica em *Aristóteles* (Segundos Analíticos I 2). *Manuscrito* 35, n. 1, p. 7-60, 2012.
- CODE, Alan D. *Aristotle's Metaphysics as a Science of Principles*. *Revue Internationale de Philosophie*, vol. 51, n. 201, p. 357-378, 1997.
- CODE, Alan D. *Metaphysics and Logic*. In: GERSON, Lloyd P. (org.), *Aristotle: Critical Assessments*. vol. 1. Abingdon: Routledge, 1999. p. 167-185.
- CODE, Alan. *Aristotle's Investigation of a Basic Logical Principle: Which Science Investigates the Principle of Non-Contradiction?*. *Canadian Journal of Philosophy*, vol. 16, n. 3, 1986, p. 341-358.
- COREN, Daniel. *Why Does Aristotle Defend the Principle of Non-Contradiction Against its Contrary?* *The Philosophical Forum*, v. 49, n. 1, p. 39-59, 2 fev. 2018.
- FURTH, Montgomery. *A Note on Aristotle's Principle of Non-Contradiction*. *Canadian Journal of Philosophy*, n. 16, p. 371-381, 1986.
- TAHKO, Tuomas. *The Law of Non-Contradiction as a Metaphysical Principle*. *Australasian Journal of Logic*, n. 7, p. 32-47, 2009.
- WEDIN, Michael V. *A curious turn in metaphysics gamma: Protagoras and strong denial of the principle of non-contradiction*. *Archiv für Geschichte der Philosophie*, vol. 85, n. 2, p. 107-130, 2003.
- WEDIN, Michael V. *The Scope of Non-Contradiction: A Note on Aristotle's 'Elenctic' Proof in "Metaphysics" Γ 4*. *Apeiron*, vol. 32, n. 3, p. 231-242, 1999.
- WEDIN, Michael. *Aristotle on the*

Firmness of the Principle of Non-Contradiction. *Phronesis*, n. 49, p. 225-265, 2004.

ZUPPOLINI, Breno. Aristotle's Foundationalism, *Dissertatio*, n. 44, p. 187-211, 2016.